

A teoria do valor-trabalho na Economia Política Clássica de Smith e Ricardo

Gabriel Alves dos Santos Silva¹

Resumo: O contexto histórico na Escócia e Inglaterra nos séculos XVIII e XIX fundamenta a teoria do valor-trabalho enunciada pelos precursores das ciências econômicas, a saber, Adam Smith e David Ricardo. O presente trabalho tem como fim explicar a teoria do valor na nascente Economia Política Clássica. De modo específico, trata-se de destacar as particularidades das contribuições teóricas sobre a teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo. Dessa maneira, a análise perpassa pelo conceito da teoria do valor-trabalho de Smith e algumas reflexões sobre os avanços e os limites teóricos do autor acerca da temática. Em seguida, evidenciaremos os principais elementos teóricos que conceituam a teoria do valor-trabalho de Ricardo, e que sustentam a teoria da distribuição ricardiana.

Palavras-chave: Economia Política Clássica, Teoria do Valor-trabalho, Teoria da Distribuição ricardiana.

Abstract: The historical context of Scotland and England in the 18th and 19th centuries provides the fundamentals for the labor theory of value enunciated by the forerunners of economic sciences, namely Adam Smith and David Ricardo. This article aims to explain the labor theory of value in classical economics. More specifically, it will highlight the contributions of Smith and Ricardo on the labor theory of value. Thus, this analysis will discuss the concept of Smith's labor theory of value and offer some reflections on the advances and limits of the author on the subject. Afterwards, the main elements that both conceptualize Ricardo's labor theory of value and supports the ricardian theory of distribution will be highlighted.

Keywords: Classical Political Economy, Labor Theory of Value, Ricardian Theory of Distribution.

¹ Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Introdução:

Os teóricos mercantilistas eram homens que relacionavam suas tarefas práticas com a elaboração teórica dos desafios que os cercavam. A forma do Estado na época conhecida do capital mercantil era da monarquia absolutista. Isto é, nessa fase há uma relação entre o Estado como interventor na economia com estabelecimentos de medidas protecionistas com a finalidade de promover, proteger e desenvolver o comércio do Estado-Nação.

Na concepção dos mercantilistas, o mais-valor era gerado quando se comprava uma mercadoria por um preço menor e o revendia a um preço maior do que foi adquirido; comprava barato para vender mais caro. Desdobra-se, portanto, ao entender o mais-valor como mero diferencial entre compra e venda há uma lacuna na explicação da origem do valor. Nesse período histórico, a Coroa e a burguesia comercial estavam associadas com o objetivo de aumentar a riqueza do Estado-Nação. A riqueza estava atrelada a quantidade de metais preciosos, em outras palavras, a moeda cunhada era tida como fonte da riqueza. Nesse sentido, a função do Estado era promover o avanço do comércio exterior que, por conseguinte, atrairia metais preciosos para a realeza. A riqueza, portanto, da coroa estava justaposta a riqueza da burguesia. Logo, a fonte estava no comércio exterior, ou seja, em uma balança comercial superavitária.

A região da formulação teórica dos fisiocratas foi a França. Neste país, a manufatura ainda não tinha sido desenvolvida na mesma proporção que ocorrera na Inglaterra. Os fisiocratas, defensores de uma economia agrícola, não concebiam que o lucro era um rendimento da indústria, os fisiocratas tratavam a indústria como estéril. Diferentemente dos mercantilistas, os fisiocratas defendiam o livre comércio, na realidade, o *laissez faire* foi encontrado primeiramente nos escritos franceses com a ideia da ruptura com os resquícios feudais, promovendo o livre-cambismo

Na teoria dos fisiocratas, o conceito de leis naturais e eternas estavam presentes sendo, portanto, eternas não poderiam ser violadas, posto que a sua conservação ampliaria o crescimento da produção da sociedade. O objeto de investigação dos fisiocratas era a agricultura capitalista de grande escala (RUBIN, 2014). Nesse caso, os fisiocratas avançam na formulação teórica ao mudarem o campo de investigação passando para a produção. Assim, conduz à investigação sobre a origem do valor, um avanço teórico significativo. O conceito do valor para os fisiocratas passa por duas formulações. A primeira trata do valor formado na relação entre oferta e demanda, ou seja, o valor é determinado na interação entre compradores e vendedores no mercado. Os fisiocratas entendiam que o valor da mercadoria era equivalente aos custos da produção, por isso que para os fisiocratas não era possível que fosse concebido o mais-valor na indústria. Para que uma mercadoria possuísse valor era necessário que na venda o seu preço excedesse os custos de produção. Nesse sentido, o produto líquido para os fisiocratas era criado pela produção na terra, vale dizer, a terra tinha a potencialidade

em produzir uma nova riqueza. François Quesnay foi o autor central dessa corrente do pensamento econômico.

Em Adam Smith e David Ricardo há um ponto de inflexão nas ciências econômicas. Eles aprofundam na investigação da origem do valor relacionando-a com a quantidade de trabalho. O trabalho como fonte do real valor da mercadoria. De acordo com esses autores, as categorias como valor de uso, valor de troca e valor relativo são fundamentais na reflexão teórica. Smith (1996) afirma que desde os tempos primórdios a maneira pela qual se consegue medir o valor em qualquer tempo e espaço é somente pela quantidade de trabalho. Logo, o trabalho para o autor é uma medida invariável.

David Ricardo continua na mesma perspectiva teórica que a quantidade de trabalho que dá origem ao valor. No entanto, Ricardo (1996) se esforça em mostrar que há diferenças entre trabalho incorporado e trabalho comandado, tratado por Smith (1996). Ao passo que Ricardo demonstra o que acontece com as mercadorias quando há variações do valor. Portanto, o valor do trabalho é variável. Ricardo (1996) incorpora a relação da introdução da maquinaria como meio de aumentar a produtividade.

Este trabalho pretende explicar a teoria do valor-trabalho na concepção teórica da economia política clássica a partir das contribuições de Adam Smith e David Ricardo. Desdobra-se a especificidade de destacar alguns apontamentos de avanços e limites teóricos de Smith, bem como relacionar a teoria do valor-trabalho de Ricardo para sustentar a Teoria da distribuição ricardiana. Além dessa seção, a seção seguinte trata dos principais elementos teóricos da teoria do valor-trabalho de Smith. A segunda seção aborda a teoria do valor-trabalho de Ricardo. Conclui-se o trabalho na última seção do trabalho.

1. Teoria do Valor do Adam Smith

A Economia Política nascente tinha como pressupostos o desdobramento da filosofia do direito natural. As questões que se colocavam diziam a respeito do período do crescimento manufatureiro na Inglaterra no século XVIII e a ideologia política liberal (COUTINHO, 1993). As raízes filosóficas da Economia Política estavam sedimentadas no racionalismo e no iluminismo. De tal modo que, a sua atenção era um novo objeto de investigação científica que ainda não havia tido atenção específica: as relações sociais econômicas e os seus modos operantes de produção material. O livro *A Riqueza das Nações*, de 1776, é de um dos precursores da Economia Política clássica – Adam Smith – traz esse cunho de investigação científica e especulação filosófica. As categorias como: preço, juros, dinheiro eram tidas como eternas que uma vez descobertas, seriam imutáveis.

Com a divisão do trabalho, o homem cada vez mais não produz tudo aquilo que necessita para a sua subsistência. A partir do seu excedente, sendo este necessariamente valor de uso para alguém, troca no mercado por outra mercadoria, passando a ser, por sua vez, valor de troca. A atenção central de Smith (1996) é voltada para essa categoria, valor de troca - isto é, saber qual é o real valor contido nesse produto. Em relação aos seus precursores, como é o caso dos fisiocratas, foi um importante avanço.

Os fisiocratas entendiam primeiro que o valor do produto era igual ao valor do custo de produção e que o produto líquido era gerado no mercado, ou seja, que em razão do aumento da população, a demanda pelos produtos aumentaria e ultrapassaria a oferta e, conseqüentemente, seriam vendidos por um preço maior, além dos seus custos de produção. Essa teoria foi formulada pelo François Quesnay não teve sucesso e, portanto, o fez chegar a doutrina central dos fisiocratas que o mais-valor vinha da produtividade da terra, isto é, da substância material *in natura*. Logo o excedente deriva da quantidade material, uma vez que o custo de produção (sementes), ao ser plantada, muda de forma, gerando uma nova riqueza. Conquanto a teoria do Quesnay esteja com vários equívocos, a análise feita pelos fisiocratas a respeito da teoria do valor tem como ponto importante o deslocamento da geração da riqueza pelo comércio exterior – como defendiam os mercantilistas – para a esfera da produção. A partir da produção veremos o desdobramento da teoria do valor.

De acordo com Adam Smith “ o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. ” (SMITH, 1996, p.87). Portanto, o que mensura um indivíduo ser rico ou pobre é a sua capacidade de usufruir o que lhe é necessário, das coisas que lhe convém. Dado que cada um não consegue produzir tudo aquilo que necessita, é necessário, portanto, que se adquira o produto do trabalho de outrem. O valor de uma mercadoria que uma pessoa possui, uma mercadoria que excede ao seu uso, que tem como fim trocá-la no mercado, é igual a quantidade de trabalho que permite comprar. A mercadoria encomendada, possui uma quantidade de trabalho que foi poupada pelo indivíduo que fez a troca, posto que não se consegue satisfazer todas as suas necessidades com o produto do seu trabalho. A partir da quantidade de trabalho do seu produto, troca pela mesma quantidade de trabalho da mercadoria de outrem, trabalho este que lhe foi poupado e posto ao outro. Observa-se uma abstração do real valor que é a quantidade de trabalho, o trabalho como medida padrão do valor, este que, por sua vez, para Smith (1996) é inalterado.

Posto isso, a divisão social do trabalho permite o desenvolvimento da troca e, a partir do excedente, permutam as mercadorias por iguais quantidades de trabalho. Segundo Rubin (2014) ressalta, a teoria do valor smithiana sofre de confusões na esfera objetiva e subjetiva. A razão pela qual ele enfatiza esse argumento é que quando se diz que em uma economia de troca todos os membros trocam os seus produtos, estes são literalmente trocados. Ao passo que quando se diz que a

quantidade de trabalho foi trocada, coloca a atividade social trabalho em igualdade a troca de produtos no mercado e, no entanto, não se fez uma troca de trabalho, mas uma troca de produto. De modo análogo Rubin continua:

Desse modo, quando dizemos que, numa sociedade de troca (onde as pessoas se relacionam umas com as outras como simples produtoras de mercadorias), eu uso meu tecido para dominar ou comprar o trabalho de outrem, isso quer dizer apenas que, ao adquirir o que ele fabricou, exerço uma influência indireta sobre o trabalho de um outro produtor de mercadorias. (RUBIN, 2014, p. 238)

Nesse caso, o que Rubin declara é que existe uma diferença entre a troca de mercadoria, isto é, quando se faz a troca no mercado se troca pelo produto do trabalho e não pelo trabalho em si. O erro do Smith na formulação da teoria está em confundir as relações de trocas na economia - ou seja, a troca de uma mercadoria em uma simples economia e de troca no mercado no modo capitalista. Quando o Smith diz que:

O que é comprado com dinheiro ou com bens, é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho. Eles contêm o valor de uma certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião supomos conter um valor de uma quantidade igual. (SMITH, 1996, p. 87)

Assim, o meio para se adquirir o produto é através do trabalho, e a mercadoria ou o dinheiro faz o papel do salário que foi dado em troca da força de trabalho, colocando, portanto em pé de igualdade ao modo de produção capitalista de vender a força de trabalho no mercado, enquanto a dinâmica tratada se dá na forma de uma economia simples (M – D – M). Sumarizando, a confusão se dá em introduzir elementos que são de características capitalistas - o trabalho como mercadoria - e o trabalho como função social (RUBIN, 2014).

Ainda de acordo com Smith, “O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está então no mercado. ” (Smith, 1996, p. 88). Percebe-se claramente a dualidade entre o trabalho materializado (produto do trabalho) ou segundo o Rubin designa “trabalho vivo comandado” (trabalho comandado). Ao mesmo tempo ele se refere ao fato de que o bem que se possui lhe dá a capacidade de comprar outro produto, ele também diz que o objeto do possuidor que enseja a troca possui o poder de compra sobre o trabalho. O primeiro tem a troca do produto do trabalho indireto, de forma materializada; o segundo a compra e venda do trabalho.

O Adam Smith continua expondo que há diferentes modos e destrezas de trabalhos que são difíceis de ser mensurados os seus valores. Um trabalho difícil pode ser executado, por exemplo, em pouco tempo, à medida que um trabalho fácil exija mais tempo; nesse caso, devido à complexidade, a medida do valor é ajustada pelo “regateio” ou “pechincha” do mercado, não obstante não haver uma

troca de equivalentes, mas que segunda a sua visão, essa medida é ajustada no mercado, e o valor em troca é o suficiente para a subsistência.

Outro problema colocado é que nem sempre a quantidade de trabalho é enxergada como medida para troca, porém “é mais natural estimar seu valor de troca pela quantidade de alguma outra mercadoria, do que com base no trabalho que ela pode comprar.” (SMITH, 1996, p. 88). De imediato, já é notável uma generalização da mercadoria. O dinheiro na visão do Smith é tido como mercadoria. O seu valor é influenciado pela quantidade de trabalho despendido ou quantidade de trabalho que pode comprar. Quando há abundância de minas (como ocorreu no descobrimento das minas na América no século XVI) e devido a maior facilidade de encontrar esses metais, uma vez que envolveu menos quantidade de trabalho; o valor do ouro ou da prata abaixa e, conseqüentemente, temos menos capacidade de comandar trabalho, e de modo inverso, o seu valor aumenta.

Logo, o valor dos metais altera os valores das mercadorias, posto que o valor da mercadoria é comparado, nesse momento, pela quantidade de outra mercadoria (metais) usada como intermédio na compra e venda. O Adam Smith está preso na doutrina mercantilista da teoria quantitativa da moeda. O David Hume expõe que a flutuação do preço da mercadoria está relacionada com a quantidade de dinheiro colocado em circulação; maior quantidade de dinheiro, há um aumento no preço da mercadoria. O dinheiro está como forma de intermédio, como uma circulação simples de troca e a conceituação da categoria dinheiro como mercadoria, ao mesmo tempo que se confundiu a moeda com dinheiro. Logo, ele faz uma distinção entre o valor nominal e o valor real, o primeiro refere-se ao dinheiro, o segundo ao valor-trabalho. O dinheiro, por conseguinte, sofre variações dependendo da escassez ou abundância das minas; ao passo que o trabalho é a única medida de valor que não sofre variações sendo; portanto, o padrão último e real que em qualquer espaço e tempo os valores das mercadorias podem ser comparados.

A teoria valor-trabalho do Smith, não obstante o seu nível de aprofundamento para a investigação do valor real de um produto, não consegue explicar a origem do mais-valor. Quando ele trata do trabalho produtivo no livro II no capítulo 3 a respeito da *A Acumulação de Capital, ou o Trabalho Produtivo e o Improdutivo*, Smith (1996) deixa bem claro que, conquanto o manufator receba o salário adiantado, este, por conseguinte, não é nenhum custo, visto que o valor dos salários é repostado juntamente com o lucro na forma de mais valor no objeto que foi trabalhado (Smith, 1996). O autor entende que esse tipo de trabalho acrescenta valor, mas ele não consegue desvelar para ver de onde vem o lucro.

Conforme mencionado, a teoria do valor trabalho smithiana quando empregada em uma economia capitalista, não consegue resolver o problema de um valor adicionado na mercadoria: o patrão recebe o lucro como forma de rendimento, uma parte desse lucro pode repor tantas pessoas

produtivas quanto improdutivas. Em uma economia de troca simples (M-D-M), a troca por iguais quantidades de trabalho mantém o mesmo nível de equivalência, mas se tratando de uma economia capitalista (operários executam o trabalho de forma assalariada) recebem apenas uma parte do produto que foi trabalhado – ou seja, uma quantidade maior de “trabalho vivo” – como menciona Rubin – é trocada por uma parcela menor de trabalho na sua forma material. Não havendo, portanto, uma troca de equivalência. O trabalho que foi gasto na produção não está em igualdade com o que ele pode comprar, visto que o operário recebe apenas uma parte.

O autor do célebre livro - *A Riqueza das Nações* – estava em um período manufatureiro em processo de transição para uma sociedade burguesa capitalista e, no entanto, ele já teorizava a respeito das relações sociais dessa nova sociedade nascente; o que muito contribuiu para o desdobramento da Economia Política. A teoria do valor-trabalho foi um salto imprescindível para a investigação, como é o propósito do livro, das causas e a natureza da riqueza das nações.

2. A Teoria do Valor do David Ricardo

Como mencionado anteriormente, Adam Smith formula as suas ideias no período manufatureiro na Grã-Bretanha, nesse período, ele estava vislumbrando a passagem de um modo de produção para outro. No entanto, ele não vê a sedimentação do capitalismo, indústria doméstica e o artesanato ainda prevaleciam. O capital industrial passa a ter a sua forma dominante diante às outras formas de acumulação quando as fábricas introduzem a maquinaria e com a criação da máquina a vapor, vale dizer: a produção passa a não estar mais limitada pela energia humana. A produção manual prevalecia no tempo do Smith, ao passo que o David Ricardo vê a passagem da manufatura para fábrica que desdobrou na Primeira Revolução Industrial que ocorrera na Inglaterra. O espaço da formulação teórica ainda é o mesmo, porém, o tempo é distinto, período que teve grandes transformações no modo de produzir.

É importante analisar o pano de fundo que foi formulado as ideias do David Ricardo, vale ressaltar que ele era um grande defensor da introdução da maquinaria, sendo, portanto, um defensor da burguesia. As suas ideias divergiram aos dos proprietários fundiários. A partir da última década do século XVIII o preço dos cereais passou por vários aumentos no decorrer dos anos. O que viabilizou esse aumento pode ser explicado pelo protecionismo do governo inglês em taxar as importações de cereais estrangeiros, estipulando um determinado preço para que fosse vendido no mercado inglês, protegendo, portanto, os cereais produzidos nacionalmente; impedindo, por sua vez, a importação desses produtos mais baratos. Também pelo aumento da população, visto que aumenta

simultaneamente a demanda por esses produtos alimentícios. E, conseqüentemente, houve uma baixa nos preços do salário real. Essa era a conjuntura econômica entre 1790 e 1815.

O antagonismo de Ricardo reflete no fato de que com o aumento dos cereais – produto de subsistência do trabalhador - não era possível ter mão de obra barata que, por conseguinte, iria contrair os lucros industrial. Era necessário, portanto, a importação de cereais mais baratos de outros países, sendo, então, possível a diminuição do salário real do trabalhador, visto que o salário estava em proporção ao nível de subsistência; viabilizando, por sua vez, o aumento da taxa de lucro. Posto isso, Ricardo expõe a sua teoria voltada para a distribuição; sobre o valor relativo e a variabilidade do valor; isso cria um fundamento teórico para a formulação do livre comércio exterior. Na citação que se segue, é nítido que a discussão está em volta de três classes:

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores cujos os esforços são empregados no seu cultivo. (RICARDO, 1996, p. 19).

Vale dizer, a formulação teórica está circunscrita entre três classes distintas e, por conseguinte, o produto de um país se divide entre elas por meio da: renda, lucro e salário. A distribuição desse produto não é dada de modo proporcional a cada uma dessas classes, serão, portanto, distintas em virtude – segundo a afirmação do Ricardo – da fertilidade do solo, da forma como se acumula capital, da operosidade dos instrumentos utilizados na agricultura, etc. Isso, então, o faz afirmar que “Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política ”. (RICARDO, 1996, p. 19).

Ricardo vai formular a teoria do valor mostrando, diferentemente do Adam Smith – a quem muito estimava – que o valor não é invariável e vai postular como ocorre essas variações e que a comparação de quantidade de trabalho necessário de mais de uma mercadoria expressará o seu valor relativo.

O Adam Smith expõe em seu livro *A Riqueza das Nações* que o valor pode ter dois significados: ou pode referir-se à utilidade de um objeto (valor de uso), ou o poder de compra que este objeto possui (valor de troca). E que os objetos que possuem um alto valor de uso, por vezes, possuem pouco ou nenhum valor de troca; ao passo que aqueles que possuem valor de troca, possuem pouco ou nenhum valor de uso (SMITH, 1996). Ricardo ressalta que de fato a utilidade não é em si o valor de troca, no entanto, para que o valor de um objeto tenha valor de troca, é necessário que ele tenha valor de uso a priori. Logo, um produto possuindo antes um valor de uso, o seu valor de troca pode ser mensurado de duas formas: quantidade de trabalho necessário para adquiri-las e pela sua escassez. Evidentemente, ele vai se dedicar a formular o primeiro, posto que o segundo se refere ao um conjunto de mercadorias pequenas como quadros famosos e moedas raras.

Segundo o David Ricardo, a teoria do valor do Smith sofre de dualidade. Smith, segundo ele, acerta em dizer que é a proporcionalidade da quantidade de trabalho necessário para se adquirir diferentes tipos de objetos ser a via correta para encontrar o valor de troca, ou seja, o seu valor pode ser mensurado através do trabalho incorporado ou empregado. Mas Smith, ao mesmo tempo que aderiu ao trabalho incorporado como fonte do valor, ele diz que o valor do objeto também é igual a quantidade de trabalho que ele tem capacidade de comandar, isto é, trabalho comandado. Ricardo, então, mostrará que não existe uma equivalência entre trabalho incorporado e trabalho comandado. Portanto, a remuneração do trabalhador não é proporcional ao que ele produz. Logo, tanto o trabalho empregado em uma mercadoria, quanto o trabalho que essa mesma mercadoria poderia comprar, ambos sofrem variações. O que o Ricardo vai observar é que o valor de uma mercadoria se expressa na troca com outra mercadoria, não obstante existir nesse mesmo objeto já o valor incorporado. (SÁ BARRETO, 2021)

Vejam, agora, um exemplo demonstrando a variação do trabalho comandado exposto por Ricardo (1996). Suponha que em virtude da introdução da maquinaria o preço de determinados bens consumidos pelo trabalhador caísse em 75%, isso significa que se antes ele conseguia usufruir, por exemplo, um par de sapatos, agora, ele pode consumir 4 pares de sapatos, aumentando, portanto, o seu poder de compra. Na realidade, o trabalhador não permaneceria consumindo os mesmos quatro pares de sapatos, não obstante a inserção do aperfeiçoamento técnico; pois em virtude da concorrência haveria uma pressão nos salários causando o seu rebaixamento que, por sua vez, voltariam ao mesmo valor de antes. O mesmo ocorreria se o aperfeiçoamento técnico se generalizasse por todas as mercadorias, o trabalhador estaria quase na mesma situação. Então, Ricardo salienta que não é verdade que o trabalho seja invariável, e é a comparação entre as mercadorias produzidas pelo trabalho que define o seu valor relativo e não a relação entre as quantidades de mercadorias que podem ser comandadas pelo trabalhador, isto é, o somatório de mercadorias que o salário pode comprar.

Ricardo agora vai analisar a variação relativa de duas mercadorias e observará em qual delas ocorreu a variação. Dadas duas mercadorias, houve a variação no valor relativo. Se compararmos uma dessas mercadorias com as demais, vale dizer, sapatos, chapéus, etc. Observa-se que pode ser efetuado a troca dessa mercadoria por esses bens pela mesma quantidade que era trocada anteriormente, não havendo, pois, alteração em seu valor. Comparando a segunda mercadoria com os demais produtos, não é possível efetuar a troca com a mesma quantidade que era permutada anteriormente. Logo, deduz-se que a variação ocorrera nessa segunda mercadoria. Analisando com mais critérios, para produzir todas as outras mercadorias, foi utilizado a mesma quantidade de

trabalho e capital; ao passo que a mercadoria onde ocorreu a variação no valor, para a sua produção não foi necessário utilizar a mesma quantidade de capital e trabalho aplicado anteriormente.

O mesmo pode acontecer com mercadoria dinheiro se comparada aos outros produtos. Se em relação a mercadoria dinheiro se adquiri uma menor quantidade dos outros produtos que comprava anteriormente, infere-se que houve alteração no valor do ouro, ou seja, devido ao aprimoramento técnico e a descoberta de novas minas teve menos trabalho necessário para fazer a extração do ouro. Do mesmo modo, se há uma maior produtividade na produção do trigo (na concepção de Adam Smith o valor do trigo era menos variável, sendo, pois, uma medida padrão) causando uma oferta maior nesse produto e nos outros necessários a subsistência do trabalhador; ocorreu então, uma diminuição em seu valor e, que por sua vez, desencadeou a diminuição do salário do trabalhador, visto que o salário para Ricardo está circunscrito ao valor dos produtos consumidos pelos trabalhadores. Sumarizando, a relação entre os produtos com o ouro ou trigo se deu pela comparação da quantidade de trabalho necessário e houve uma diminuição do valor de ambas mercadorias e não um aumento nas demais. Nesse caso, Ricardo salienta que o benefício do trigo sendo dividido entre o agricultor (arrendatário) e o trabalhador quanto maior for o salário deste, menor será o lucro daquele. E igualmente ocorrerá quando o benefício adquirido pelo tecido de lã ou o produto de algodão dividir-se entre o operário e ao que o emprega. (RICARDO, 1996). E o valor das mercadorias se alteraram na relação capital-trabalho, quanto maior for a utilização de capital fixo, menor será o valor empregado no produto; analogamente o inverso.

No capítulo VII - *Sobre o Comércio Exterior*-, Ricardo (1996) expõe a problemática no plano das relações de trocas das mercadorias entre os países. Nesse capítulo, o que acentua é a relação da distribuição vinculada com a sua teoria das vantagens comparativas. Em suma, nessa teoria ele formula que seria vantajoso cada país se especializar naquilo que faria com uma maior produtividade, visto que seria benéfico para toda a humanidade. Nesse caso, veremos com nitidez a relação do lucro com a renda. A primeira coisa é que com a introdução da maquinaria na produção de mercadorias, isto é, devido ao aperfeiçoamento técnico há uma diminuição no valor dos bens manufaturados. A segunda coisa a ser posta é que para o David Ricardo o salário do trabalhador deveria estar no nível de subsistência. O benefício gerado é dividido entre o proprietário e o trabalhador e a relação da renda entre ambos não altera o valor do produto, ou seja, quando o salário de um aumenta o lucro do outro diminui. Logo, para que a taxa de lucro do proprietário aumente, o salário do trabalhador tem que diminuir e para que isso ocorra, os alimentos que são necessários para o nível de subsistência da massa têm que, concomitantemente, abaixarem de preços. E os preços deste abaixam em função do melhoramento de transportes, terras mais férteis, etc.

Portanto, quando se importa produtos que são consumidos pelos salários dos trabalhadores com uma menor quantidade de trabalho necessário, os salários se regulam ao nível de preços desses produtos, baixando, portanto, o seu valor. E a taxa de lucro do empresário aumentaria. Nesse caso, entende-se o antagonismo entre a classe burguesa industrial e os proprietários de terra ingleses naquela época; sendo que seria mais vantajoso para estes se os produtos agrícolas tivessem um alto preço, livres, portanto, de concorrência interna. À medida em que para os capitalistas industriais a vantagem estaria no livre comércio exterior.

No capítulo XXXI, David Ricardo (1996) muda um pouco a sua concepção da introdução da maquinaria no sentido de que beneficiaria todas as classes. O autor observa que de fato, o aperfeiçoamento técnico beneficia os proprietários de terras, na medida em que as mercadorias nas quais eram gastas as suas rendas teria o valor diminuído em virtude do aperfeiçoamento técnico. Em relação ao capitalista, este se beneficiaria por algum tempo em razão do aumento da taxa de lucro. No caso do trabalhador, ele acreditava que este teria benefício em função da redução dos preços das mercadorias, podendo, portanto, comprar uma maior quantidade desses produtos. Ricardo (1996) muda de concepção em relação ao trabalhador, uma vez que com a introdução da maquinaria necessitaria de uma quantidade menor de trabalho necessário; o que, conseqüentemente, viabilizaria um aumento no excedente de trabalhadores. Isto é, mobilizaria em uma contração da demanda por trabalhadores. E, por conseguinte, essa diminuição na demanda pressionaria os salários. Prejudicando, portanto, a situação dos trabalhadores; pois, segundo ele, não imaginava que os salários daqueles abaixariam. Ele finaliza o capítulo mostrando que sem a maquinaria a situação do trabalhador chegaria às condições piores do que a generalização do aprimoramento técnico. Visto que se o investimento em maquinaria for aplicado no exterior, a demanda de trabalho nacional diminuiria ainda mais, pois a introdução dessa necessita que haja ainda a utilização de trabalho.

3. Conclusão

É possível observar a cisão histórica na formulação da teoria do valor e os elementos que influenciaram na metodologia da investigação do objeto a ser estudado. Smith possui algumas limitações, da mesma forma que os fisiocratas tiveram dificuldades em observar a totalidade do fenômeno. Estes, não conseguia ver a formação do valor na dinâmica da indústria, posto que o desenvolvimento manufatureiro na França não estava desenvolvido como estava acontecendo na Inglaterra. Na verdade, não é à toa que a Inglaterra fora a pioneira na industrialização e conhecida pelo liberalismo econômico clássico onde atingiu com maior facilidade a maturação burguesa. Smith, por sua vez, analisou que existia o conceito de riqueza que diferenciava das concepções anteriores e

que um determinado modo de produzir viabilizava o crescimento da riqueza da nação. Conquanto não presenciara o capitalismo industrial como forma dominante na produção e na expansão da riqueza de uma país, ele viu a transição gradual da organização na produção no período manufatureiro. Ao passo que o tempo e espaço da formulação teórica de Ricardo viabilizou que ele visse o fenômeno da dinâmica capitalista na sua totalidade, não obstante a sua teoria ainda não explicar algumas dimensões desse fenômeno.

A teoria do valor-trabalho do Adam Smith foi uma elucidação *sine qua non* para o desenvolvimento das ciências econômicas. O seu objetivo, de fato, era cientificamente perscrutar qual era a causalidade da riqueza das nações, dando a nova ciência uma metodologia de investigação que diferenciava do anteriores. Na sua exposição, para chegar na gênese do valor, ele mostrou a importância das outras categorias que estão intimamente ligadas a esta. Ele começa explicando como o desenvolvimento da divisão social do trabalho, no tempo, proporcionou a troca entre os indivíduos.

Smith (1996) explicou a causalidade em virtude de que a divisão no trabalho limita o indivíduo de produzir tudo aquilo que necessita, impulsionando a partir do excedente do produto do seu trabalho trocar pelo produto do trabalho de outrem. É nessa relação de troca entre as mercadorias que possibilita uma análise da origem da equivalência entre os valores de ambas as mercadorias. O que o suscita, por sua vez, explicar que o que faz que uma troca seja equivalente é quantidade de trabalho. A característica da sua afirmação – o que difere de Ricardo – é que esse valor é invariável. Por essa razão, ele consegue ser mensurado em qualquer lugar e no tempo. Smith também analisa que ao mesmo tempo que o produto do trabalho possui um valor incorporado, esse produto pode comprar trabalho. A mesma quantidade de trabalho incorporado no produto do seu trabalho proporciona a compra de trabalho que foi poupado por aquele que não produziu o produto que deseja comprar.

Nessa perspectiva o que distancia Smith de Ricardo, vale dizer: trabalho despendido e trabalho comandado. O esforço teórico de Ricardo é mostrar que na realidade não existe uma medida padrão que não seja variável. E mais, que não existe a equivalência que Smith abordou entre o valor comando e o incorporado. Outro ponto da sua formulação é justamente pelo fato que ele vivenciou a introdução da maquinaria nas fábricas, ou seja, a relação entre o trabalho-capital na formação do valor. Nesse ponto, Ricardo mostra a relação da teoria do valor com a teoria da distribuição entre as diferentes classes sociais. Não somente isso, mas também aborda essa visão no plano das trocas de mercadorias entre países mostrando a importância do livre comércio exterior. Para ele, a quantidade de trabalho necessária é que possibilita a mensuração do valor de uma mercadoria e que o seu valor relativo está expresso na troca.

Ambos contribuíram indispensavelmente no desenvolvimento da Economia Política Clássica. A categoria valor desenvolvida por eles estava circunscrita a um tempo datado na história e eles a

desenvolveram de acordo com os fenômenos que puderam abstrair informações para desvelar de onde vinha o valor que estava inexoravelmente no produto do trabalho. Teorização que exigiu de ambos um alto nível de abstração e conceitos lógicos para encontrar, portanto, a sua gênese.

Referências bibliográficas:

COUTINHO, M.C. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

RUBIN, I.I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SÁ BARRETO, E. . **De Smith a Marx: curso introdutório em dez aulas**. São Paulo: Usina Editorial, 2021

SMITH, A. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol.1**
São Paulo: Abril Cultura, 1996.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.